

OS TERÇOS DE PARDOS E NEGROS NA SOCIEDADE MILITARIZADA DA PARAÍBA DE INÍCIOS DOS OITOCENTOS

Jessyka Alves de Figueiredo Sá
Bolsista PIBIC/UFPB
jessyka.aic@gmail.com

Solange P. Rocha
DH-PPGH/UFPB (Orientadora)
banto20@gmail.com

O presente trabalho pretende investigar a inserção de homens negros e pardos na Paraíba da primeira metade dos Oitocentos, a partir dos corpos militares, observando também a militarização dessa sociedade. Por ser uma pesquisa inicial, dispomos de documentos referentes aos primeiros quatro anos dos Oitocentos, na qual investigamos as instituições de “Terços Auxiliares de pretos ou Henriques e de pardos”. Esse trabalho adota a proposta historiográfica thompsoniana, ou seja, enxerga essas pessoas como sujeitos de sua história, se inserindo por meio das brechas institucionais deixadas por uma sociedade que as rechaçava.

Destaca-se o caráter belicoso da colonização e uma sociedade que tende a uma “natural militarização” para combater as ameaças tanto internas, na figura dos nativos, e externas com a ação de corsários e mesmo tentativas de conquista de território; nesse sentido se destaca a guerra no período Seiscentista, na qual se tinha luso-brasileiros contra os holandeses que ocuparam algumas capitanias do atual nordeste (1624-1654). Nesse período foi marcante a figura de Henrique Dias, demonstrando como na necessidade a questão da cor e condição jurídica era contrabalanceada, como o foi desde inícios da colonização. Essas lutas são consideradas o mito de origem dos “Terços de homens pretos” que com a Carta-régia de 1766 são formalizados. Dessa nova organização militar para aumento de contingente, necessário pelas guerras ao sul das possessões portuguesas na América, decorre também a criação dos Terços de Homens pardos; vinculados aos Corpos Auxiliares. Fator que merece destaque, nesse sentido é a experiência transformadora do serviço militar, não somente pela questão da possível mobilidade social, mas também pela inserção social e política.

O *corpus* documental da pesquisa, nessa fase inicial, se constitui de fontes manuscritas; sendo a maioria correspondências (ofícios e requerimentos) enviadas ao

governador. Essa comunicação direta de particulares com o governador faz dos documentos, fontes para perceber os problemas cotidianos das pessoas, suas reclamações, seus pedidos de ajuda. Essas fontes são fruto de pesquisa no Arquivo Histórico Waldemar Duarte (antigo Arquivo Histórico do Estado da Paraíba); ressalta-se que não há dificuldade para encontrar documentação acerca de assuntos que envolvam militares; temos problemas na seleção do grande volume documental, que encontra-se mal organizado e mal conservado, e não dispor de um instrumento de pesquisa que facilite o acesso às fontes. Estão os documentos desse arquivo organizados por datas-limite, distribuídos em caixas onde estão os documentos misturados, levando a pesquisadora a olhar os documentos um por um para separar o que lhe interessa.

Após essa tarefa, tem-se um outro trabalho de levantamento dos documentos importantes para a pesquisa, qual seja a leitura dos manuscritos, o que exige algum conhecimento paleográfico. Depois, um fichamento minucioso para perceber com mais facilidade as possibilidades que a fonte oferece. Os documentos foram divididos em principais e secundários: os primeiros são aqueles que estão envolvidos diretamente com o objeto da pesquisa e os secundários são aqueles mais gerais, que são importantes para o maior entendimento do contexto histórico. O objetivo é transcrever todos os documentos principais. No geral, os documentos fichados de 1800 a 1804 somam setenta e nove.

Concomitantemente a esse trabalho, é feita a essencial revisão bibliográfica sobre o assunto nas reuniões da iniciação científica. Nesse sentido, se destaca a escassez de estudos, especificamente, sobre milícias negras e pardas na Paraíba. Porém, a leitura acerca do tema sobre outras localidades do Brasil, possibilita que se acompanhe as reflexões e conclusões já postas e também os questionamentos. Trabalhos como os de Luiz Geraldo Silva¹ que analisa as “milícias de pretos e pardos” em Pernambuco, de 1770 a 1830, chegando assim ainda ao período de anexação da Paraíba a Pernambuco; e o de Marcus J. M. de Carvalho² que analisa a luta da população negra nos movimentos políticos de 1817, 1824 e 1848; são essenciais para a pesquisa. Este último ainda traz uma reflexão muito importante que é sobre a vida militar como uma experiência transformadora, no sentido da promoção da inclusão social e política.

A pesquisa, como já foi dito, vincula-se a uma historiografia mais recente, no que diz respeito à percepção sobre a população negra. Fundamentada, principalmente,

na história social inglesa, percebendo o escravizado e a população negra livre e liberta como sujeitos históricos; fugindo da velha concepção dual – senhor X escravo – sobre a sociedade escravista. Assim o objetivo é, a partir da documentação pesquisada e revisão bibliográfica, perceber a inserção da população negra e parda por meio dos corpos militares.

Ser militar no Brasil nunca foi algo bem visto. As experiências da população na Colônia com as tropas militares portuguesas são a base dessa repulsa: “Destinadas às atividades da repressão das fraudes ao fisco e do contrabando [...] era-lhes hostil a população da Colônia.”³ Advém dessa repulsa as dificuldades para o recrutamento que acabava sendo bastante violento. Soma-se a essas questões como os baixos soldos (muitas vezes, ocorrendo atrasos e não pagamento) e as péssimas condições de trabalho. Apesar disso, o elemento militar era indispensável, tanto para o combate ao inimigo interno, na figura dos índios, quanto ao externo, na figura dos estrangeiros invasores e contrabandistas.

Dessa necessidade e repulsa advém o emprego, mesmo de escravizados, como elemento armado, o que notoriamente remonta à Colônia. Assim como, a criação de milícias de homens negros e pardos e o próprio emprego destes nas Tropas de Linha (o que em regra não era permitido), como é o famoso caso de Pedro da Silva Pedroso, um pardo que chegou a ser governador das Armas em Pernambuco e dominar a capitania durante alguns dias.⁴

Essa sociedade colonial então apresenta fortes características de militarização. E isso fica ainda mais evidente quando se atenta para a organização militar portuguesa transferida para terras brasileiras. Os corpos estavam divididos em Regulares (Tropas de linha ou pagas), de Auxiliares ou Milícias e Irregulares ou Ordenanças. Somente a primeira era paga e tinha um viés profissional, o “militar de carreira”; as outras duas não eram pagas e também não eram permanentes, ou seja, seus membros tinham outros ofícios e não ficavam sempre a disposição do Real Serviço. Corroborando com essa idéia de sociedade militarizada, temos a determinação da Provisão das Ordenanças de 1574 que aplica o recrutamento nesses corpos a homens de 18 a 60 anos que não fossem membros dos outros dois corpos.

Nos períodos, pombalino e pós-pombalino, pelas preocupações de conflito com Espanha e França a idéia era reforçar as milícias e ordenanças⁵; desse movimento temos

a criação das Milícias de homens pardos, com a Carta Régia de 1766 e oficialização da de Henriques. Os dados trazidos por Luiz Geraldo Silva⁶ demonstram a grande quantidade de milicianos pardos em Pernambuco, isso pode ser explicado além da repulsa dos pardos se igualarem aos negros também pelo aumento populacional dessa camada de “homens livres de cor”, o maior número na América Portuguesa. Apenas dois anos depois da criação dessa milícia, o número de membros já ultrapassava o de Henriques, muito mais antigo. Em 1768, o número de milicianos pardos era de 2.359, enquanto o de “pretos” contava com 2.073 soldados (nesses números estão computadas todas as capitânicas anexas).

Como já foi dito, os milicianos em geral, não eram pagos, mas o sargento-mor e o ajudante recebiam soldo por que provinham das Tropas Regulares (pagas). O restante não recebia soldo e ainda tinha que prover seu fardamento e armamento. Sem soldo, obviamente, os membros dos Regimentos de Milícia (de homens brancos, de Henriques e de pardos) tinham que exercer outros ofícios; mesmo aqueles que recebiam soldo se viam obrigados a também ter outras ocupações, visto os baixos valores do pagamento e o fato de até mesmo não recebê-lo.

Nos documentos pesquisados podemos perceber a penúria que esses militares passavam. Temos ao todo cinco pedidos de soltura para soldados que não pagaram o dízimo, na maioria, o de pesca. O exemplo de João do Rozario⁷ um “pescador de rede” e soldado pago é interessante por que é reincidente; é preso em agosto de 1801, a pedido do “contratador do dízimo do Varadouro” com outro soldado e em Outubro de 1803. Há também documento onde o preso, o soldado pago de Infantaria João Correia do Amaral pede soltura e reclama de atraso de quatro meses do soldo⁸. Em relação a esse assunto é até mesmo cômico o caso de Joze Gregorio, soldado da “Terceira Companhia” (o Regimento não é informado), preso em julho de 1804 por ser acusado de empenhar o chapéu de couro que compunha o seu uniforme, no seu requerimento de soltura diz que apenas pediu que Dona Isabel o guardasse.⁹

Todos os casos apresentados demonstram a dificuldade destes “militares inferiores” para conseguir sobreviver. Se nesses casos de soldados pagos a situação era difícil, imagine para os membros dos Regimentos de Milícia de Henriques e de Pardos que não eram pagos. Dos 18 requerimentos de soltura que envolvem negros e pardos, 9 deles apresentam reclamação de miserabilidade, outros ainda justificam suas faltas

argumentando estarem enfermos. O caso de João Vidal, Tambor do Regimento dos Homens pardos é representativo, no pedido de soltura enviado ao governador, ele argumenta que: “não tinha meios para vir montar goarda do que se acha padicendo por que he hu pobre miseravel.”¹⁰ É importante destacar que esses eram discursos de pessoas presas apelando sua soltura, apesar de ser notória a pobreza e dificuldades que atingiam esses “elementos militares”.

Porém, apesar de todas essas dificuldades, para essa população excluída da sociedade; o serviço militar significava possibilidades de inclusão social e política e de ascensão social. Aqueles que ocupavam postos mais elevados (que exigiam patentes) nos Regimentos de pretos e pardos¹¹ tinham uma série de regalias, como fica atestado na resposta ao pedido de patente de tenente para Joze da Costa Pereira do Regimento de Milícias dos Homens Pardos da 6º Cia do Distrito de Ponta de Lucena:

[...] com o qual posto não haverá soldo algum, mas gozará de todas as Honras, Praças, Franquezas, Liberdades e Izenções, de que gozão os Tenentes das Tropas Pagas na forma que determina a Carta Regia de vinte e dous de Março de mil setecentos e secenta e seis [...] ¹²

A depender da folha de serviços prestados e dos apadrinhamentos, esses homens negros e pardos poderiam alcançar certa distinção social. Em Pernambuco, Luiz Geraldo da Silva¹³, rastreou muitas histórias de incorporados aos Regimentos de Henriques e de Pardos que tiveram grande destaque em momentos políticos importantes como 1817. Alguns desses homens adotavam posições políticas, muitas vezes com grande propriedade; outros ficavam ao lado de quem mais lhe fosse proveitoso, caso do já citado Pedro da Silva Pedroso.

Percebe-se enfim, que temos na Paraíba um amplo leque de questões a serem respondidas no que concerne aos Regimentos de Henriques e de pardos. Com o andamento da pesquisa a expectativa é de que rastreando com mais profundidade a vida desses homens, suas reais possibilidades nessa sociedade sejam definidas com maior consistência.

Apesar disso, podemos perceber a dificuldade para a sobrevivência desses homens, suas reclamações pelo aprisionamento, as dificuldades para prestar o real serviço pela sua pobreza, mas percebemos também as possibilidades de ascensão social como no caso de Joze da Costa Pereira, possibilitada pelo “Real Serviço”.

¹ SILVA, L. G. (2003). Negros Patriotas. Raça e Identidade Social na Formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCSÓ, I. (Org.). Brasil: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; FAPESP, p. 497-520.

² CARVALHO, M. J. M. de (2005). Os Negros Armados Pelos Brancos e Suas Independências no Nordeste (1817-1848). In: JANCSÓ, I. (Org.). Independência: História e Historiografia. São Paulo: Hucitec, FAPESP, p. 881-914.

³ COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 49

⁴ SILVA, op. cit. , pp. 515-519

⁵ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria J. Exército, Milícias e Ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações. In: Revista DaCultura, edição 14, junho 2008. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf; Acesso em: 21 de Outubro de 2011.

⁶ SILVA, op. cit. p. 500

⁷ Requerimento do Contratador do Dízimo do pescado do Varadouro ao governador, de 12 de Agosto de 1801. AHWD (Arquivo Histórico Waldemar Duarte). Cx 02 (1800-1804)

⁸ Requerimento de soltura ao governador de 22 de Setembro de 1804. AHWD. Cx 02 (1800-1804)

⁹ Requerimento de soltura de 09 de Julho de 1804. AHWD. Cx 02 (1800-1804)

¹⁰ Requerimento de soltura de 22 de Setembro de 1804. AHWD. Cx 02 (1800-1804)

¹¹ Pelo Decreto de 07 de Agosto de 1796, os Corpos Auxiliares passam a ser denominados Regimentos

¹² Pedido e Certificado de uma patente de 07 de Abril de 1802. AHWD. Cx 02 (1800-1804)

¹³ SILVA, op. cit. , pp. 510-520

COTTA, Francis Albert. Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa. Belo Horizonte: Crisálida, 2010. p. 9-90

URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial – A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX.

SILVA, Bruno Cezar Santos da. Os Militares na Colônia: Uma Análise das Forças Armadas na Capitania da Paraíba (1755-1799). Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de História – UFPB, João Pessoa, 2010.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais - Uso e Mau Uso dos Arquivos. In C. B. Pinsky (Org.). Fontes Históricas (pp. 24-79) 2. ed., 2º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, Luiz G; Fernando P. de; PAULA, Leandro F. de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco). In: Jornada Setecentista, 7, 2007, Curitiba. *Anais da VII Jornada Setecentista*. Curitiba: UFPR, 2007. Disponível em: http://people.ufpr.br/~vii_jornada/SILVA_LGeraldo.pdf. Acesso em: 20 de Out. 2011.

FILHO, Jorge da Cunha Pereira. Tropas Militares Luso-brasileiras nos Séculos XVIII e XIX. Disponível em: http://buratto.org/gens/gn_tropas.html; Acesso em: 23 de Out. 2011.